


ENC: Razões de Recurso Administrativo DAAE Araraquara/SP - PE n.º 048/2023 - Produtos Químicos

Renata Rodrigues <protocolo@daaeearaquara.com.br>

Seg, 04/12/2023 11:13

Para: Andrews Wesley de Oliveira <ucl@daaeearaquara.com.br>

 1 anexos (374 KB)

Razao_Recurso_Proposta_Desclassificada_assinado.pdf;

Renata Silva Rodrigues Galati

Assistente Administrativo

Telefone (16) 3324-9572 / WhatsApp (16) 99206-4467

Gerência de Administração - DAAE - Araraquara/SP

www.daaearaquara.com.br



De: Olga Vieira <olga@avanziquimica.com.br>

Enviado: sexta-feira, 1 de dezembro de 2023 15:41

Para: Renata Rodrigues <protocolo@daaeearaquara.com.br>

Cc: 'Rene Avanzi' <rene@avanziquimica.com.br>

Assunto: Razões de Recurso Administrativo DAAE Araraquara/SP - PE n.º 048/2023 - Produtos Químicos

Prezados, boa tarde.

A empresa Avanzi Química LTDA, vem através deste apresentar as Razões de Recurso conforme manifestação em sessão pública do Pregão eletrônico n.º 048/2023.

Atenciosamente,



Olga Helena Pizanni Vieir_a
Vendas

 (11) 3164 - 6411

 0800 042 0421

 (11) 95282 - 0289

 olga@avanziquimica.com.br





Nossa assinatura é totalmente interativa! Clique nos botões para acessar sites, WhatsApp, telefone e outras opções.

Ilma. Sr. Pregoeiro do Departamento de Água e Esgotos de Araraquara – SP – DAAE.



DEPARTAMENTO AUTÔNOMO DE
ÁGUA E ESGOTO DE ARARAQUARA

Protocolo: 003402/2023 - 04/12/2023 10:39:36

Assunto: RECURSO - PREGÃO 048/2023

Nome: AVANZI QUÍMICA LTDA

Ref.: **RAZÕES DE RECURSO**

PROC. _____ **DAAE.** _____ Nº 2.908/2023

Modalidade: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 048/2023

Tipo da Licitação: Menor Preço por Lote.

Avanzi Química LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 13.816.737/0001-29, localizada na Avenida Fernando de Noronha, 800 – Jardim Margarida – Vargem Grande Paulista – SP – CEP: 06.730-000, vem, respeitosamente, à presença de V.Sa, por seu representante legal que esta subscreve (DOC I), apresentar suas **RAZÕES DE RECURSO**, após devidamente manifestada a intenção recursal de forma motivada na própria sessão, observando-se o rito previsto no inc. XVIII do artigo 4º da Lei no 10.520/02, pelos motivos de fato e de direito que passa a expor.

I. DOS FATOS

- I.1 A empresa acima qualificada, em 28 de novembro de 2023, participou da licitação na modalidade de pregão eletrônico, promovida pelo Ilmo. Departamento de Água e Esgotos de Araraquara – SP - DAAE, para aquisição de Produtos Químicos para o Tratamento de água e consumo Humano e no tratamento de Esgotos Sanitários para o ano de 2024, conforme especificações constantes nos anexos do edital.



0800 042 0421



Av. Fernando de Noronha, 800
Vargem Grande Paulista - SP
CEP: 06730-000



www.avanziquimica.com.br
contato@avanziquimica.com.br



- I.2 Conforme o Edital foi apresentada a proposta eletrônica vis sistema <http://pregaoeletronico.cebi.com.br>, com data limite no dia 28/11/2023 às 10 horas.
- I.3 Durante análise das propostas eletrônicas apresentadas via sistema, tivemos nossa proposta desclassificada pela comissão, alegando que estava em desacordo com o Anexo III A do referido Edital.
- I.4 Todavia, foi levantado o questionamento perante a Comissão de Licitação acerca do valor apresentado via sistema, uma vez que o “anexo de proposta” se tratava de uma mera formalidade, sendo que os valores digitados via sistema estavam corretos.
- I.5 Consequentemente, foi manifestada a intenção de Recurso no fim da sessão, cujas razões aqui se apresentam.

II. DO DIREITO

1. Dos Princípios da Isonomia, da Competitividade e Indisponibilidade do Interesse Público.

1.1 É de bom alvitre ponderar que:

“O princípio da igualdade constitui um dos alicerces da licitação, na medida em que visa, não apenas permitir à Administração a escolha da melhor proposta, como também assegurar a igualdade de direitos a todos os interessados em contratar” (Maria Sylvia Zanella Di Pietro, Direito Administrativo, 22ª. Edição, São Paulo, 2009, pg. 355).

1.2 Em consequência ao referido princípio, a própria Constituição da República assegurou a igualdade dos licitantes em participar do certame.

1.3 Note-se que o princípio da igualdade pressupõe que as pessoas colocadas em situações diferentes sejam tratadas de forma desigual:

“Dar tratamento isonômico às partes significa tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais, na exata medida de suas desigualdades”. (NERY JUNIOR, 1999, p. 42).



- 1.4 O que se busca é uma igualdade proporcional porque não se pode tratar igualmente situações provenientes de fatos desiguais:

“O raciocínio que orienta a compreensão do princípio da isonomia tem sentido objetivo: aquinhoar igualmente os iguais e desigualmente as situações desiguais”. (BULOS, 2002, p. 79).

- 1.5 Nesse sentido, a Constituição Federal e a legislação podem fazer distinções e dar tratamento diferenciado de acordo com juízos e critérios valorativos, razoáveis e justificáveis, que visem conferir tratamento isonômico aos desiguais:

“Assim, os tratamentos normativos diferenciados são compatíveis com a Constituição Federal quando verificada a existência de uma finalidade razoavelmente proporcional ao fim visado”. (MORAES, 1989, p. 58).

Todavia, há de se considerar que o princípio da igualdade nas licitações tem diversas vertentes, todas respeitando o princípio da supremacia do interesse público.

- 1.6 Vejamos. Infere-se, ao contemplar o procedimento licitatório, que duas são as finalidades a serem alcançadas. A primeira encontra guarida na obtenção da proposta mais vantajosa, ou seja, aquela que atende, maiormente, em termos financeiros os interesses da entidade licitante. Em um segundo momento, ambiciona, ancorado no preceito da isonomia, cujos influxos desbordam da esfera particular, passando a nortear todo o arcabouço normativo pátrio vigente, ofertar igual oportunidade aos que desejam contratar com as pessoas obrigadas a licitar, conforme consagra o artigo 3º da Lei Nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.
- 1.7 Ora, o procedimento licitatório tem que ser concebido como uma imposição decorrente do interesse público, sendo seu pressuposto a competição, consistente na possibilidade de acesso de todos e quaisquer agentes econômicos capacitados à licitação. Trata-se da concreção do corolário constitucional da isonomia, que veda a discriminação ou estabelecimento de mecanismos segregatórios.



1.8 Assim, pode-se afirmar que, decorrente do princípio da igualdade, encontra-se no art. 3º, §1º, inciso I da Lei n. 8666/93 o princípio da competitividade.

1.9 Com efeito, importante trazer à baila a lição do eminente professor Celso Antônio Bandeira de Mello sobre os citados princípios nas licitações, *in verbis*:

“O princípio da igualdade implica o dever não apenas de tratar isonomicamente todos os que afluírem ao certame, mas também o de ensejar oportunidade de disputá-lo a quaisquer interessados que, desejando dele participar, podem oferecer as indispensáveis condições de garantia. É o que prevê o já referido art. 37, XXI, do Texto Constitucional. Aliás, o § 1º do art. 3º da Lei 8.666 proíbe que o ato convocatório do certame admita, preveja, inclua ou tolere cláusulas ou condições capazes de frustrar ou restringir o caráter competitivo do procedimento licitatório (...).”

1.10 Interpretando as disposições do artigo 3º, o ilustre especialista na área de licitação, o doutor MARÇAL JUSTEN FILHO assevera:

“Os dispositivos restantes, acerca da licitação, desdobram os princípios do art. 3º, que funciona como norteador do trabalho hermenêutico e de aplicação da Lei das licitações. Nenhuma solução, em caso algum, será sustentável quando colidente com o art. 3º. Havendo dúvida sobre o caminho a adotar ou a opção a preferir, o intérprete deverá recorrer a esse dispositivo. Dentre diversas soluções possíveis, deverão ser rejeitadas as incompatíveis com os princípios do art. 3º” (in Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, Ed. Dialética, 5ª edição, fls. 54).

1.11 É verificado, ainda, que a competição assume feição de disputa, quando houver a possibilidade de uns licitantes apresentarem melhores propostas do que outros; um a proposta melhor de todas. Infere-se, assim, que a licitação materializa um procedimento que visa à satisfação do interesse público, arrimando-se pelo princípio da isonomia, sendo possível afirmar que a função da licitação é a de permitir, por meio da mais ampla disputa, abarcando o maior número possível de agentes econômicos capacitados, a satisfação do interesse público.



- 1.12 Neste sentido, vale trazer a lume o entendimento cristalizado pelo Superior Tribunal de Justiça, no que concerne ao tema, consoante é extraído do aresto coligido:

*Ementa: Recurso Ordinário em Mandado de Segurança. Administrativo. Licitação. Modalidade de pregão eletrônico. Revogação. Ausência de competitividade. Possibilidade. Devido processo legal. Observância. Recurso desprovido. [...] 5. A revogação do certame é ato administrativo, exigindo, portanto, a devida fundamentação e motivação (justo motivo para seu desfazimento), assim como o cumprimento das disposições legais. 6. O art. 49 da Lei de Licitações e Contratos Administrativos prevê a possibilidade de revogação do procedimento licitatório, em caso de interesse público, "decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta". Por sua vez, o art. 18, caput, do Decreto 3.555/2000, o qual regulamenta a modalidade de licitação denominada pregão, dispõe que "a autoridade competente para determinar a contratação poderá revogar a licitação em face de razões de interesse público, derivadas de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado". 7. No caso em exame, o Governador do Estado do Paraná revogou o pregão eletrônico, de forma fundamentada e com supedâneo nos referidos dispositivos legais e em parecer da Assessoria Jurídica da Casa Civil, entendendo pela **ausência de competitividade no certame, na medida em que houve a participação efetiva de apenas uma empresa, o que impossibilitou a Administração Pública de analisar a melhor oferta e dar cumprimento ao princípio da proposta mais vantajosa**. 8. A participação de um único licitante no procedimento licitatório configura falta de competitividade, o que autoriza a revogação do certame. Isso, porque uma das finalidades da licitação é a obtenção da melhor proposta, com mais vantagens e prestações menos onerosas para a Administração, em uma relação de custo-benefício,*



de modo que deve ser garantida, para tanto, a participação do maior número de competidores possíveis. 9. "Falta de competitividade que se vislumbra pela só participação de duas empresas, com ofertas em valor bem aproximado ao limite máximo estabelecido" (RMS 23.402/PR, 2ª Turma, Rel. Min. Eliana Calmon, DJe de 2.4.2008). [...] 11. Recurso ordinário desprovido. (Superior Tribunal de Justiça – Primeira Turma/ RMS 23.360/PR/ Relatora: Ministra Denise Arruda/ Julgado em 17.12.2008).

Ainda:

TJ-PR - Agravo de Instrumento AI 6701546 PR 0670154-6 (TJ-PR)

Data de publicação: 04/05/2010

*Ementa: AGRAVO DE INSTRUMENTO. MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO. LIMINAR. REVOGAÇÃO DO CERTAME. APENAS UMA EMPRESA PARTICIPANTE. AUSÊNCIA DE COMPETITIVIDADE. REVOGAÇÃO ADMINISTRATIVA CALCADA NA SUA DISCRICIONARIEDADE. DECISÃO CORRETA. AGRAVO DESPROVIDO. 1. O artigo 557 do Código de Processo Civil , objetivando encontrar rápida prestação jurisdicional, entre outros poderes, facultou ao juiz, em casos específicos, a colocar, desde logo, o processo em mesa para julgamento pelo Órgão Colegiado, sem necessidade de observar o trâmite legal. 2. A discricionariedade atrela-se à conveniência da Administração Pública. 3. Notando que **apenas uma empresa participou da disputa, e entendendo que tal circunstância seria aviltante à competição devida na licitação, pode revogar a licitação.** 4. Correta, pois, a decisão singular. 5. Agravo de Instrumento desprovido.*

TJ-PR - Mandado de Segurança MS 3316465 PR 0331646-5 (TJ-PR)

Data de publicação: 21/07/2006

Ementa: DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO - MANDADO DE SEGURANÇA CONTRA ATO QUE REVOGA PROCEDIMENTO DE PREGÃO ELETRÔNICO POR AUSÊNCIA DE COMPETITIVIDADE -



*INVERSÃO DO DEVIDO PROCESSO LEGAL - INOCORRÊNCIA - COMPROVADA OFENSA AO PRINCÍPIO DA COMPETITIVIDADE - INEXISTÊNCIA DE OFENSA À LEI DE LICITAÇÕES - ATO REVOGATÓRIO ESCORREITO - AUSÊNCIA DE DIREITO LÍQUIDO E CERTO - ORDEM DENEGADA. 1. No caso vertente, não há que se cogitar da alegada ofensa ao contraditório e a ampla defesa, haja vista, que a revogação do ato licitatório ocorreu depois de concedida à parte, oportunidade para manifestação e que restou exercida. 2. **Sem embargo de que a legislação do pregão consigne um número mínimo de licitantes, a exigência de mais de um concorrente para o certame torna possível a competitividade, permitindo, assim, uma contratação mais vantajosa para atender ao interesse público, sob a ótica econômico-financeira. Assim, a existência de um único competidor não se mostra conveniente para seguimento do certame, diante da impossibilidade de se aferir a existência de melhores condições para otimização da gestão dos recursos públicos.***

- 1.13 Dessa forma, é claro concluir que, mesmo dentro do âmbito da possibilidade de desclassificação de propostas em desacordo com o edital, o próprio princípio que fundamenta esses privilégios, proíbe que os mesmos sejam aplicados de forma a desequilibrar a relação entre as partes e violar o interesse público.
- 1.14 **Assim, é extremamente relevante considerar que as propostas apresentadas via sistema eletrônico estão de acordo com o quantitativo solicitado pelo DAAE de Araraquara.**
- 1.15 Contudo, o arquivo Anexo III A citado pelo pregoeiro no “chat” de mensagens após desclassificação da empresa Avanzi, não faz parte do Edital, conforme menciona no momento da sessão.
- 1.16 Destaca-se que o arquivo mencionado pelo pregoeiro durante a sessão, não faz parte dos documentos extraídos do próprio site do Departamento de Água e Esgotos de Araraquara, motivo esse a divergência dos quantitativos apresentados no arquivo anexo a proposta de preços.
- 1.17 Desclassificar a proposta da empresa em razão da divergência do quantitativo do sistema com o quantitativo da proposta em anexo, prejudica o decorrer do



certame, cujo único objetivo é a proposta mais vantajosa para Administração Pública, além de trazer uma exorbitante oneração aos cofres públicos.

2. DO PEDIDO

- 2.1 Aduzidas as razões que balizaram as presentes RAZÕES DE RECURSO, esta recorrente requer, com supedâneo na Lei nº. 10520/2002 e 8.666/93 e suas posteriores alterações, o recebimento, análise e admissão desta peça.
- 2.2 Seja declarada a classificação da proposta apresentada pela empresa Avanzi Química LTDA, pelos motivos de fato e de direito acima articulados.
- 2.3 Sob esses irrefutáveis fundamentos, espera e requer a Licitante Recorrente seja a presente julgada procedente, decidindo V.Sa. pelas correções que se fazem necessárias.
- 2.4 Requer, ainda, em caso negativo, seja remetido o presente recurso à autoridade Superior, bem como à procuradoria competente, para parecer.

Termos em que,
pede deferimento.

Vargem Grande Paulista/SP 01 de dezembro de 2023.

Documento assinado digitalmente
gov.br OLGA HELENA SANTANA PIZZANI VIEIRA
Data: 01/12/2023 15:33:21-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

AVANZI QUÍMICA LTDA



0800 042 0421



**Av. Fernando de Noronha, 800
Vargem Grande Paulista - SP
CEP: 06730-000**



**www.avanziquimica.com.br
contato@avanziquimica.com.br**



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 048/2023
PROCESSO DAAE Nº 2.908 de 19/10/2023

OBJETO: Aquisição de produtos químicos (Tanino Vegetal, Hipoclorito de Sódio, Ácido Fluossilícico e Ortopolifosfato de Sódio) para o tratamento de água para consumo humano e no tratamento de esgotos sanitários para uso no ano de 2023 e 2024, conforme especificações constantes nos anexos do edital.

À vista da interposição de Recurso Administrativo pela empresa licitante **AVAN-ZI QUÍMICA LTDA – CNPJ: 13.816.737/0001-29** nesse certame, ficam as demais licitantes devidamente intimadas a apresentarem, no prazo legal, suas contrarrazões. Os autos deste processo licitatório estão desde já com vistas franqueadas às interessadas.

PUBLIQUE-SE!

Araraquara (SP), 04 de dezembro de 2023.



Denis Gonzales
Pregoeiro